

HE.FCP*:

uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]

*Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência

Maria Tavares

Sumário

Resumo | Abstract

Palavras-chave

1. O início de um percurso: leitura de um contexto
2. Duas fases distintas, um mesmo objectivo
[Casas de Renda Económica]
[Casas Construídas Adquiridas Através de Empréstimo]
3. As grandes operações urbanas
4. Uma leitura estratégica

Origem das imagens

Nota: Comunicação proferida no “1º Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono”, ISCTE, Setembro 2010. O trabalho foi realizado no âmbito do projecto de investigação “Projecto do espaço habitacional e formas de habitar” integrado no Grupo Atlas das Casa, CEAU/FCT da FAUP.

Resumo

Em pleno período de afirmação do movimento moderno em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE), construídas por actores determinados e que se manifestam preferencialmente pelos caminhos mais ortodoxos do ‘*ser moderno*’, emergem com um sentido de responsabilidade social perante um país carenciado. Responsabilidade que se manifesta não só nos programas e acções implementados, mas igualmente nos modelos de habitar adoptados, com uma aproximação clara a um contexto social e económico previamente explorado, propondo assim novos modos de habitar.

Pretende-se deste modo, reflectir sobre a perspectiva estratégica das HE ao longo dos anos 50 e 60 em Portugal, através da leitura de modelos de habitar projectados por uma nova geração de actores, apoiada, como defende Nuno Teotónio Pereira, num *elevado sentido de serviço público*, que importa considerar.

Abstract

As per during the settlement period of the Portuguese modern movement, the *Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência* (HE), built upon specific actors that manifest themselves as being mostly for more orthodox ideas in what concerns the “modern way of being”, emerge with a sense of social responsibility amongst a deprived country.

This responsibility is shown not only in the programmes and implemented action plans, but also in the adopted housing models, responding clearly to a previously explored economic and social context, thus proposing new housing modes.

It is proposed therefore, a reflection upon the HE strategic perspective during the decades of the 50th and 60th in Portugal, through the interpretation of the projected housing models by a new generation of actors that were supported, as defended by Nuno Teotónio Pereira, by a considerably high sense of public service.

Palavras-chave:

Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência

Habitar

Habitação

Modelos

1. O início de um Percurso: leitura de um contexto

Quando em 1946, face às novas proporções das questões sociais, é lançado o Decreto-lei n.º 35.611 de 25 de Abril, abre-se uma nova porta à resolução do grave problema habitacional que se faz sentir em Portugal. A nova legislação, conduz à permissão de Federações de Instituições da Previdência Social, para a realização de *obras sociais*, nomeadamente a construção de «Casas Económicas» e de «Casas de Renda Económica»¹.

Estão, deste modo, criadas as condições para que um ano depois surjam as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência² (HE), organismo semipúblico, no contexto do Ministério das Corporações, com o objectivo de contribuir para o fomento da habitação com a aplicação dos capitais da previdência na construção de «Casas de Renda Económica».

O contexto político e cultural potencia o entusiasmo dos que participam neste organismo, e um ano decorrido, no 1º Congresso Nacional de Arquitectura, a consciência da classe é clara: as políticas públicas em vigor, afastam-se significativamente das dimensões sociais presentes. Referimo-nos aos programas das «Casas Económicas» que, desde 1933, tentam responder através dos seus modelos, a uma fase de extrema consolidação e afirmação ideológica do regime do Estado Novo³.

A comunicação que Nuno Teotónio Pereira e Costa Martins levam ao Congresso, no âmbito da temática sobre o «Problema Português da Habitação», clarifica os dados a ter em conta, e prepara uma espécie de

¹ DECRETO-LEI n.º 35.611/46. 25 de Abril de 1946, art.º 11º.

² “As suas actividades fundamentais dizem respeito à proposta, estudo e execução de programas de casas de renda económica”, numa primeira fase, e “à prestação de toda a ordem de assistência técnica relacionada com a concessão de empréstimos nos termos da lei 2092, de 9 de Abril de 1958”. Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência: Casas de Renda Económica – «Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos». Lisboa: HE-FCP, 1966.

³ No período que antecede a 2ª Guerra Mundial, verifica-se que é fundamental para a definição dos modelos de habitação, o discurso ideológico. A solução baseada na moradia unifamiliar, a *casa de família*, assenta num modelo marcadamente ruralista com a valorização do conceito de família. A propósito desta questão, ver dissertações de Mestrado de L. M. Saraiva (1998) e M. Tavares (2003).

caminho para as décadas posteriores. Falam de *Habitação Económica e Reajustamento Social*, e lançam uma nova perspectiva sobre o corpo social das grandes cidades. Identificam dois grupos entre a população mal alojada, apontando a necessidade de *acelerar e generalizar ao máximo o movimento ascendente da classe proletária, eliminando ao mesmo tempo as causas que motivam o movimento descendente da classe média* (Pereira e Martins, 2008, p.248).

E é com a consciência deste novo dado, que as HE se dedicam à promoção e financiamento do projecto e construção de «Casas de Renda Económica» ao longo de 25 anos (1947/1972).

Na mesma década, e no contexto da Europa do pós-guerra, o debate em torno do alojamento assume grandes proporções. Discute-se a ideia funcionalista da casa-máquina de habitar, em torno do conceito de mínimo, como forma de proporcionar a capacidade de projectar para as grandes massas.

Pensa-se à escala da cidade, como um organismo funcional e público, com espaço de afirmação para as *Casas de Família*, contrariando os ditames do contexto português com a sua *Casa de Família*, rural e bem portuguesa.

Em 1945, quando é lançado em Portugal o regime das «Casas de Renda Económica», está em construção a Unidade de Habitação de Marselha. As revistas transportam estes novos modelos, entusiasticamente recebidos pelos arquitectos, que também viajam e participam nos debates em torno do conceito de modernidade. Arquitectos informados e atentos às correntes internacionais⁴.

No entanto, Le Corbusier, através do novo modelo funcionalista que propõe, parte do princípio que as necessidades humanas são universais, e que, deste modo, devem-se aplicar soluções protótipo e impessoais, sendo o indivíduo o grande responsável pela adaptação à nova casa produzida em série (Zabalbeascoa, 1998, p.18).

⁴ Em 1944, Nuno Teotónio Pereira e Costa Martins, publicam na revista Técnica, e pela primeira vez traduzida para português, uma resenha da Carta de Atenas.

Por questões que se prendem essencialmente por circunstâncias políticas, Portugal não adopta estes mesmos princípios e critérios de resposta ao problema da habitação, até porque o conceito de *grandes massas* difere do que se vive em contexto de pós-guerra. Assiste-se no entanto, com a nova lei, a uma inevitável revisão do programa do habitar, que se configura num momento charneira de atitudes políticas, ideológicas e culturais.

Com a implementação deste novo regime de promoção habitacional, o Estado deixa de conceber como modelo único, as habitações unifamiliares em propriedade resolúvel, introduzindo a modalidade do arrendamento em edifícios plurifamiliares constituídos por [apenas] 4 pisos⁵ (Tavares, 2003, p. 78).

Importa assim entender, de que modo as HE aproveitam por um lado, esta nova atitude que o regime proporciona e, por outro, uma leitura repensada dos princípios do Movimento Moderno, que constituem um momento de reflexão sobre a produção de habitação em Portugal.

As transformações que se observam ao longo do seu período activo, mostram-nos que, aproveitando o pragmatismo da nova lei e numa rápida sequência temporal, conseguem pôr em prática uma série de princípios determinantes no desencadear da produção arquitectónica.

Depois de um arranque fundamentalmente pragmático, com as células 1 e 2 do bairro de Alvalade [fig. 1 e 2], é ao longo das décadas de 50 e 60, que as HE estruturam, organizam e aplicam estratégias de resposta à questão da habitação em contextos urbanos e rurais, numa constante aposta de um habitar moderno, incentivando e aplicando conceitos formais associados à introdução de unidades de vizinhança.



fig. 1 e 2
«Casas Renda Económica»
Bairro de Alvalade, Lisboa.

⁵ Este procedimento era inicialmente visto com maus olhos pela doutrina Salazarista “que repudiava as soluções plurifamiliares, apodadas de colectivistas, conotadas com os falanstérios e potencialmente geradoras de subversão social” (Pereira, 1996, p.206).

Quando em 1950, dados provisórios estimam o *deficit* de habitação em 460 milhares, dos quais 150 mil de carácter urgente (Pereira, 1963, p.39), as HE, pela mão de Nuno Teotónio Pereira, primeiro arquitecto do organismo e um dos seus principais elementos estruturadores em termos de organização e de base programática ampla, começam a desenvolver uma actividade descentralizada pelo País (Pereira, 1996, p.152), através da encomenda a uma série de arquitectos de uma *novíssima geração*, acompanhada de um novo conceito de modernidade, *que se vai tornando, sociologicamente um pouco possível* (Portas, 1959, p.13).

Como único arquitecto do organismo durante mais de uma década, Nuno Teotónio participa na escolha dos terrenos, definição de programas, atribuição das encomendas, produzindo pareceres depois de frutuosas trocas de impressões (Pereira, 2004, p.46). Desenvolve igualmente projectos, como profissional liberal, juntamente com os colaboradores do *atelier* da Rua da Alegria, para um considerável conjunto de agrupamentos de renda económica.

Toda esta actividade, firma desde cedo o seu nome, como um dos principais arquitectos dedicados à problemática da habitação de âmbito social. Temática que terá inúmeros aprofundamentos teóricos por parte de uma geração motivada pela causa.

2. Duas fases distintas, um mesmo objectivo

O contexto em que assentam as bases de intervenção das HE, está directamente relacionado com dois factos distintos que importam considerar.

[Casas de Renda Económica]

O primeiro, já mencionado, refere-se ao programa das «Casas de Renda Económica», onde, após a referida intervenção em Alvalade e em outras zonas do País com base nos projectos-tipo de Miguel Jacobetty⁶ - numa

⁶ Projectos que Miguel Jacobetty viria pouco tempo mais tarde a apresentar no Congresso de 48, como uma contribuição para a resolução do tão debatido *Problema Português da Habitação*.

altura em que a Europa põe em prática esta moda, como forma de resolver as necessidades de reconstrução do pós-guerra - identificamos o arranque desta importante fase de acção do organismo, com o projecto de Nuno Teotónio Pereira para Braga, num compromisso com vista à integração da malha urbana (Pereira, 1996, p.153) [fig. 3].



fig. 3
Agrupamento de renda económica,
Braga.
Nuno Teotónio Pereira.

Sucedem-se inúmeros projectos de agrupamentos⁷ pelo País, numa década em que o rescaldo do Congresso de 48, introduz nos arquitectos, a consciência da sua importância na sociedade, contribuindo para o *florescimento de uma nova fase da Arquitectura portuguesa após o obscurantismo imposto pelo Estado Novo* (Pereira, 1996, p.255).

Nomes como Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft, Fernando Távora, Ruy d'Athouguia, Alcino Soutinho, João Andresen, Conceição e Silva, entre outros, participam e contribuem para o enriquecimento da arquitectura doméstica portuguesa, entre o compromisso das formas estereotipadas do Movimento Moderno e já uma revisão crítica das mesmas, com a valorização de materiais tradicionais e o entendimento das estruturas físicas do meio rural (Pereira, 1996, p.257). Aliás, apesar de não ser feito no contexto das HE, mas para que se entendam as inquietações de uma geração, o plano de uma comunidade rural, que o grupo CIAM - Porto com Fernando Távora, apresenta ao X CIAM em Dubrovnik nos finais da década de 50, introduz claramente estes pressupostos [fig. 4].



fig. 4
Plano de uma comunidade rural,
X CIAM, Dubrovnik.

Embora as encomendas se orientem inicialmente, para um número restrito de arquitectos de Lisboa e Porto, com quem Nuno Teotónio Pereira mantém relações pessoais e profissionais, os projectos, elaborados em regime de profissão liberal⁸, encontram-se distribuídos pelo País, nos mais variados contextos.

⁷ Nuno Teotónio Pereira, refere em entrevista, a importância da terminologia, *Agrupamento de Renda Económica*, e não Bairro... “*Porque Bairros eram os outros!*”, referindo-se aos das «Casas Económicas» da 1ª fase do regime (Tavares, 2003, p.246).

⁸ As HE asseguram no entanto, a respectiva coordenação e execução da obra.

Podemos, a título exemplificativo, referenciar obras que, quer pela linguagem adoptada, quer pelos princípios urbanos, quer pela exploração dos dispositivos domésticos, entre outros, mas principalmente, pela relação destes com as condições económicas vigentes, se destacam de um vasto conjunto de propostas.



fig. 5
Ramalde, Porto.
Fernando Távora.



fig. 6
«Casas Renda Económica»
Trancoso.
Nuno Teotónio Pereira com
Duarte Nuno Simões.



fig. 7
«Casas Renda Económica»
Barcelos.
Nuno Teotónio Pereira.



fig. 8
«Casas Renda Económica»
Vila Nova de Famalicão.
Nuno Teotónio Pereira.

Ramalde no Porto [fig. 5], de Fernando Távora em 1952, explora claramente os códigos da Carta de Atenas, com a rígida implantação dos blocos perpendiculares às vias, sobre uma extensa plataforma verde, unificadora do espaço e impulsionadora da vida urbana (Tostões, 1997, p.75). Considerado na época como um *anti-alvalade*, pelo seu *vocabulário marcadamente racionalista* (Pereira, 1996, p.208), o plano do Ramalde, não construído na totalidade, é a grande operação promovida pelas HE na cidade do Porto, ao contrário da vasta experiência que Lisboa vem a conhecer na transição da década de 50 para 60, com os bairros dos Olivais-Norte e Sul, e posteriormente Chelas, onde a representatividade dos edifícios promovidos pelo organismo é enorme⁹.

Em contexto rural, Nuno Teotónio Pereira, projecta em 1958, um agrupamento para Trancoso [fig. 6]. Destinado a trabalhadores rurais, esta experiência, assim como outras do mesmo ano, nomeadamente Barcelos [fig. 7] e Famalicão [fig. 8], é contemporânea do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, onde Nuno Teotónio Pereira participa como responsável pela região da Estremadura.

Valorizam-se vivências, novas estruturas físicas, e propõem-se novos modos de habitar. A clareza com que o espaço doméstico é lido, introduz o conceito de espaço comum, pela redução do programa do habitar, não só pelos condicionalismos económicos, mas também por acreditarem em novas estruturas funcionais, pelo papel da mulher na vida doméstica,

⁹ Embora Chelas, tenha uma menor representatividade, dado o plano ser praticamente contemporâneo da extinção do organismo.

associado à importância do *fogo* como lugar fundamental da organização do espaço, e pela valorização das questões sociais, promovendo locais de encontro e convívio, tal como a criação dos núcleos exteriores comuns.

Interessante, é explorar, a aplicação dos mesmos conceitos em experiências de cariz mais urbano. Facto valorizado pelos vários autores que as aplicam, por considerarem importante a transposição dos modelos, na medida em que, para além de uma série de experimentações técnicas, funcionais e formais, acolhe essencialmente a relação entre o novo conceito de família e, uma produção e mecanismos modernos que importam explorar¹⁰.

Com o acumular dos capitais da previdência e com o avolumar de pedidos ao longo da década de 50, há a necessidade de se ampliar os quadros técnicos. Surge assim, o nome do então jovem arquitecto João Braula Reis, que aprofunda o tema da habitação económica como tese de fim de curso¹¹. Nuno Teotónio Pereira, que o sugere, passa para figura de Consultor até à extinção do organismo, enquanto Braula Reis avança com um projecto aparentemente pouco institucional, constituindo uma equipa jovem e mantendo sempre um espírito de *atelier*, conservando liberdade de acção e de concepção (Tavares, 2003, p.109).

Está então criado o primeiro núcleo de projecto com João Braula Reis, Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft de Moura. Longe de funcionar como um grande serviço público com as suas estruturas muito burocráticas, o organismo começa a ter capacidade de resposta interna, continuando no entanto, a trabalhar com outras parcerias.

¹⁰ A propósito desta questão, ver a interessante experiência que Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral organizam, no âmbito de uma exposição sobre o Cooperativismo Habitacional no Mundo, pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses. Um célula de uma Unidade de Habitação Cooperativa é exposta à escala real, no salão da SNBA, testando reacções e promovendo debates sobre o novo conceito de habitar proposto. (Tavares, 2010).

¹¹ “A tese final do seu curso fora um estudo sério e aprofundado sobre a problemática da habitação para as classes mais pobres, tendo como base um bairro para Pescadores em Peniche” (Croft, 2001, p.281).

[Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo]

A década de 50 fica ainda marcada por uma nova aposta, que constitui o segundo facto em que assentam as bases de intervenção das HE, e que está directamente relacionado com a publicação da lei n.º 2.092, em 1958.

Com o acumular dos capitais da previdência, é possível a concessão de empréstimos para a construção, aquisição ou beneficiação de casa própria, cuja base reside no apoio a particulares beneficiários da previdência, que respondam a um certo número de requisitos que a lei estipula. A particularidade da lei, e que irá proporcionar por um lado um grande dinamismo ao nível dos modelos de acção e, por outro, a possibilidade de expansão da equipe de trabalho, é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e Casas do Povo, que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção (Tavares, 2003, p.81).

Destaca-se neste período da acção das HE, um exaustivo trabalho de investigação sobre os diferentes modos de habitar, aproximando esta espécie de laboratório de experiências, contemporâneo do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, às realidades de um mundo, já em plena transformação. O Inquérito, como consequência imediata do Congresso de 48 e, depois de editado sob a forma de síntese em 1961, produz um enorme impacto nas convicções dos arquitectos (Tavares, 2007, p.IV). Para as HE, constitui-se como uma ferramenta essencial, no debate em torno das operações de cariz rural ou antropológico.

E é ao longo dos anos 60, que a aplicação desta nova lei apresenta resultados. Anos de transição e de revisão quanto ao processo do moderno, os 60, constituem-se de consolidação para as HE, pelo amadurecimento metodológico da prática de uma encomenda, assolada de experiências enriquecedoras quanto ao processo de transformação social.

Com uma equipa de cerca de 20 arquitectos, e com uma recém-nascida delegação Norte orientada por Alcino Soutinho, cria-se uma rede de Arquitectos Regionais¹², descentralizando todo o processo, como forma de responder aos pedidos provenientes dos mais variados contextos do País.

Divide-se o País em 9 zonas, com 9 equipas de trabalho, orientadas por 9 arquitectos, que através de uma avença com as HE, cobrem todo o território nacional.

Ao mesmo tempo que se verifica esta descentralização da actividade, é desenvolvido ao nível do serviço central em Lisboa, um trabalho de formação, com aprofundamento da problemática da habitação económica, tratamento de informação com um processo de normalização de materiais, pormenores tipo, medições, cadernos de encargo, ou seja, todo um apoio técnico. Um dos resultados desta discussão interna, são os Boletins HE, ou cadernos técnicos de circulação restrita, que resultam numa informação profundamente sistematizada, revelando essencialmente preocupações pela investigação, de forma a promover padrões de qualidade a aplicar nas operações a fomentar (Pereira, 1996, p.209).

É necessário nesta fase, referir nomes como, Vítor Figueiredo, Arnaldo Araújo, Justino Morais, Octávio Lixa Filgueiras, Vasco Cunha que, entre outros, são Arquitectos Regionais das HE, e enriquecem a arquitectura doméstica portuguesa, indo ao encontro do estipulado por João Braula Reis quando aceita o desafio: individualizar cada caso através de um projecto dirigido e contextualizado, dizendo por isso, não aos projectos-tipo, e estudar com exactidão todos os aspectos referentes à construção económica da habitação, como por exemplo, o estudo dos seus componentes (Croft, 2001, p.281).

¹² Arquitectos distribuídos pelas seguintes regiões: Porto, Trás-os-Montes, Coimbra, Covilhã, Lisboa, Santarém, Elvas, Faro e Funchal.

Os projectos mais representativos desta fase, são os realizados para as empresas fabris e Casas do Povo, pela proposta de conjunto e respectiva adaptação da escala ao sítio. Veremos que, a importância que é dada ao espaço da família onde se desenrola a vida privada, como espaço de representação de inúmeras lógicas, é igualmente posta em prática no aprofundamento da vida comunitária, com a proposta de pequenas estruturas indispensáveis à mesma.

Estes programas, ao contrário dos das «Casas de Renda Económica», pressupõem na sua maioria, o contacto com as populações, ou representantes destas, para discussão dos programas, e que representa um novo dado a acrescentar à metodologia até então adquirida e discutida, acreditando que o processo de participação no processo do projecto, se constitui como uma mais-valia para a humanização do habitar.

Apontamos, a título exemplificativo, obras de Vítor Figueiredo, de Arnaldo Araújo e de Bartolomeu da Costa Cabral com Vasco Croft, como sejam, Stº Estêvão, Moura Morta e Chamusca, respectivamente.



fig. 9
Stº Estêvão.
Vítor Figueiredo.



fig. 10
Chamusca
Bartolomeu da Costa Cabral,
Vasco Croft.

Parece-nos que a lógica de espontaneidade está presente em todas as propostas, pelas implantações que propõem, dando especial atenção aos espaços onde se desenvolvem as actividades sociais, sejam elas privadas, ou mais comunitárias, introduzindo uma nova ideia de uso do espaço exterior, transformando-o em espaço habitável.

Relativamente ao modo como se responde aos aspectos funcionais do programa, em Moura Morta e na Chamusca, os autores encontram uma mesma atenção, partilhando a forma como exploram a lógica de construção do interior doméstico, atribuindo ao *fogo*, um valor não só funcional, mas maioritariamente simbólico¹³, concentrando pequenos dispositivos neste espaço central, e reduzindo substancialmente a área da casa, que por óbvias razões, não pode ser excessiva.

Em Stº Estêvão, Vítor Figueiredo revela particular atenção à organização do espaço interno, distanciando-se do conceito de espaço central na

¹³ Aliás, já discutido na proposta de «Casas de Renda Económica» para Trancoso de Nuno Teotónio Pereira.

perspectiva já mencionada, aliás, postura própria do arquitecto também em outros projectos realizados no mesmo âmbito. Cada espaço tem a sua função, revisitando o conceito de espaço compartimentado, com a particularidade de à sala de estar, ser atribuída uma zona nobre da casa, pela posição que ocupa face à entrada da mesma.

O seu trabalho como Arquitecto Regional para as regiões de Leiria e Santarém, introduz uma espécie de hibridez, se cruzarmos com o trabalho proposto pelos colegas, principalmente no que respeita aos interiores domésticos.

No entanto, é difícil distanciá-lo de uma leitura circunstancial, pois quase todos os Arquitectos Regionais, e dado o contexto cultural que se vive, apostam nos elementos formais modernos, introduzindo-lhes significação social, reduzindo a sua escala e aproximando-os dos valores regionais e tradições locais.

3. As grandes operações urbanas

Ao mesmo tempo que decorrem estas experiências pelo País, constituindo-se como exemplos dispersos, embora qualificando a arquitectura portuguesa, observa-se um salto dimensional significativo, nas grandes operações urbanas em Lisboa. Os Olivais, Norte e Sul, e posteriormente Chelas, planos do GTH¹⁴, e com grande representatividade de promoção pelas HE, marcam o arranque da década de 60, com o seu significativo alcance social.

Considerada uma experiência assinalável pelo experimentalismo de conceitos, resultante de uma vasta encomenda de projectos, ao contrário de Alvalade que apresenta uma maior unidade, os Olivais, são *o laboratório definitivo da arquitectura e da cultura arquitectónica moderna em Lisboa* (Tostões, 1997, p.76).

Interessa-nos essencialmente a representatividade da acção das HE neste contexto, através de uma grande variedade de profissionais que intervêm nas operações, proporcionando uma *considerável diversidade de*

¹⁴ O GTH – Gabinete Técnico de Habitação – assegura a coordenação geral, distribuindo a partir do plano de pormenor, lotes para várias entidades que asseguram a construção.

experiências arquitectónicas (Fernandez, 1988) tipológicas e urbanas, e uma mostra qualificada de soluções no domínio da habitação de âmbito social. Reforça-se a ideia do laboratório experimental, em torno da função social da arquitectura, numa época de encruzilhada e de reflexão sobre os valores do contexto e do programa do habitar.

Com a acumulação e sistematização de experiências neste campo da habitação, cabe às HE, nomeadamente a Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis, a realização do Plano Intercalar de Fomento para 1965/67¹⁵, onde pela 1ª vez, é contemplado um capítulo destinado à habitação e ao urbanismo nestes instrumentos de planificação.

E com o aproximar do final da década de 60, verifica-se uma espécie de uma nova tomada de consciência para o problema da habitação, que para além de se considerar um problema social com dimensão muito significativa e com clara presença urbana, passa a ser considerado, também ou mesmo essencialmente, um problema de foro político¹⁶.

4. Uma leitura estratégica

Ao longo dos 25 anos do seu percurso, as HE, contam com a colaboração de uma série de técnicos de diversas áreas de estudo, cabendo aos arquitectos a tarefa de se dirigirem a um conjunto específico da sociedade. Anos muito profícuos em acontecimentos paralelos que importam considerar, esta *novíssima geração*, confronta-se com um Portugal em transformação, testando uma nova capacidade operativa, apoiada, como defende Nuno Teotónio Pereira, *num elevado sentido de serviço público*.

A

Numa primeira fase, o cliente, é considerado como um todo, como um conjunto maioritário da sociedade, ao qual o arquitecto se dirige pela via da habitação económica. No final dos anos 50, e depois da aplicação da nova lei, que permite a concessão de empréstimos para beneficiários em

¹⁵ Plano Intercalar de Fomento para 1965-67. Lisboa: Imprensa Nacional, 1964.

¹⁶ A propósito deste assunto, ver: PEREIRA, Nuno Teotónio - Habitação Finalmente uma Política. *Arquitectura*, n.º 108. Lisboa, Março/Abril de 1969.

nome individual, a empresas contribuintes e a sócios efectivos das Casas do Povo, a participação passa a constituir um novo dado, em que o utente é actor integrante do processo do projecto.

Mas mais do que pôr em prática os requisitos da legislação em vigor, as equipas de projecto das HE, aproveitam os meios disponíveis para elaborar uma leitura estratégica sobre o problema, introduzindo nas décadas de 50 e 60 e a par de toda uma discussão sobre a arquitectura doméstica, uma nova perspectiva metodológica sobre a casa, apoiada numa filosofia puramente social. Reflecte-se sobre o conceito de mínimo, com a importante contribuição dos estudos de Nuno Portas¹⁷, e sobre o papel da mulher na vida doméstica, que segundo o mesmo, está na *base da revisão do conceito de organização da casa* (Portas, 2004, p.27). Propõe-se a passagem da casa como espaço compartimentado, para a casa como espaço contínuo, assumindo-se a responsabilidade social num jeito de compromisso com os formalismos do Movimento Moderno, resultando em estudos pioneiros, acumulando e sistematizando experiências *num sector até então marcado por um grande empirismo* (Pereira, 1996, p.210).

As HE, assentam na cultura arquitectónica de uma época, contribuindo para um território de produção sistemática e para o fomento da habitação, transpondo os valores de uma nova modernidade, ao mesmo tempo que proporciona a revelação de uma classe profissional.

sobre o papel da mulher na vida doméstica, que segundo o mesmo, está na *base da revisão do conceito de organização da casa* (Portas, 2004, p.27). Propõe-se a passagem da casa como espaço compartimentado, para a casa como espaço contínuo, assumindo-se a responsabilidade social num jeito de compromisso com os formalismos do Movimento Moderno, resultando em estudos pioneiros, acumulando e sistematizando

¹⁷ PORTAS, Nuno – Funções e Exigências de Áreas de Habitação. Lisboa: LNEC, 1969; A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura. Porto: edições FAUP, 2004.

experiências *num sector até então marcado por um grande empirismo* (Pereira, 1996, p.210).

As HE, assentam na cultura arquitectónica de uma época, contribuindo para um território de produção sistemática e para o fomento da habitação, transpondo os valores de uma nova modernidade, ao mesmo tempo que proporciona a revelação de uma classe profissional.

Origem das Imagens:

- fig. 1: Arquivo Fotográfico da CML.
- fig. 2: Arquivo Fotográfico da CML.
- fig. 3: Espólio Nuno Teotónio Pereira, SIPA, Forte de Sacavém.
- fig. 4: CODA, Arnaldo Araújo, Centro de Documentação FAUP.
- fig. 5: Produção própria.
- fig. 6: Espólio Nuno Teotónio Pereira, SIPA, Forte de Sacavém.
- fig. 7: Produção própria.
- fig. 8: Produção própria.
- fig. 9: Produção própria.
- fig. 10: Produção própria.